

13750 - A comunidade Açaizal e a escassez de recursos naturais à jusante da barragem de Tucuruí: conflitos e mudanças no modo de vida dos pescadores do município de Baião, estado do Pará.

The community Açaizal and the scarcity of natural resources downstream of the Tucuruí dam: conflicts and changes in the lifestyle of the fishermen from the municipality Baião, state of Pará.

MEDEIROS, Matheus Benassuly¹; SIMÕES, Aquiles²; AMORIM, Bianca³

1 Universidade Federal do Pará, matheusbenassuly@gmail.com; 2 Universidade Federal do Pará, aqsimoos@pq.cnpq.br; 3 Universidade Federal do Pará, pamorim.b@gmail.com.

Resumo: A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), no rio Tocantins, trouxe consequências às populações localizadas à jusante de sua barragem. A população ribeirinha do município de Baião está entre as que foram e continuam sendo atingidas diretamente por sua implantação. Assim, o presente estudo pretende refletir, à luz da concepção jurídica da posse agroecológica, sobre as principais mudanças nos modos de vida dessa população, em sua grande maioria camponeses pescadores. Tomou-se como objeto de estudo a comunidade Açaizal, aonde os pescadores vêm se esforçando para o estabelecimento de normas de caráter “consensual”, a exemplo do acordo de pesca, que primem pelo uso sustentável dos recursos naturais naquela comunidade. Com base no método compreensivo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Através de tais entrevistas, constatou-se a existência de conflitos acerca do uso e gestão dos recursos naturais, sobretudo pesqueiros, que se configuram como obstáculos à concretização do acordo de pesca e em certa medida orientam as estratégias de reprodução familiares dos pescadores.

Palavras-chave: Grandes projetos; Hidrelétrica; Baixo Tocantins; agroecologia; sustentabilidade.

Abstract: The construction of the Hydroelectric plant Tucuruí (UHT) on the Tocantins river, brought consequences to the populations located downstream of its dam. The population that lives at the rivers margin of the municipality of Baião is among those who have been and continue to be directly affected by its implementation. Thus, this study aims to reflect about the major changes in the ways of life of this population, mostly peasants/fishermen, on the light of the legal concept of agroecological possession. We take as the study object the Açaizal community where fishermen have struggled to establish “consensual” character standards, such as the fisheries agreement which distinguish themselves by the sustainable use of the natural resources in this community. We carried out semi-structured interviews, based on the comprehensive method. Through these interviews we found the existence of conflicts over the use and management of the natural resources, especially fisheries, which act as obstacles to the realization of the fisheries agreement and, to some extent, guide the families reproduction strategies of the fishermen.

Keywords: Big projects; Hydroelectric; Baixo Tocantins; agroecology; sustainability.

Introdução

Os grandes projetos na Amazônia vêm provocando, ao longo de grande parte do século passado até os dias atuais, sérios impactos socioambientais, desencadeando conflitos agrários dos mais diversos. A escassez de recursos naturais provocada pela implantação de Usinas Hidrelétricas é prova disso. A modificação da forma

como as comunidades que sobrevivem do agroextrativismo se relacionam com a natureza e com seu território é evidente, propiciando uma acirrada disputa por territórios entre os próprios indivíduos inseridos nessas comunidades.

O objetivo deste trabalho é o de expor as primeiras impressões sobre as implicações da implantação da barragem de Tucuruí e seus reflexos diretos no modo de vida das populações que residem à jusante da barragem, a partir dos relatos de pessoas que residem nesses locais e que dependem da pesca para sobreviver. Da mesma maneira, busca propor uma análise do funcionamento das populações a partir da perspectiva jurídica da posse agroecológica (BENATTI, 1997), assim como identificar a existência de normas de caráter consensual que tomem por base o uso sustentável dos recursos naturais.

A comunidade Açaizal, localizada no município de Baião - PA, à jusante da barragem de Tucuruí, às margens do rio Matacurá, braço do rio Tocantins, foi escolhida para o desenvolvimento da presente análise, em considerando os impactos ambientais sofridos naquela área a partir de 1981 (construção da barragem de Tucuruí). Dados fornecidos pela Colônia de Pescadores Z-34 (ARAGÃO, 04/07/2013, comunicação pessoal), dão conta de que aproximadamente 36 famílias habitam as quatro vilas que integram a comunidade Açaizal, a saber: Vila Medeiros (6 famílias) Vila Corrêa (4 famílias), Vila do Poção (6 famílias), as quais vivem substancialmente da pesca, e a Vila Nova do Açaizal (aproximadamente 20 famílias). As vilas Medeiros, Corrêa e do Poção (comumente denominada “Pução”) ficam inundadas no período da cheia, enquanto a Vila Nova do Açaizal se estabelece em terra firme, estando posicionada a um nível mais alto.

Metodologia

As estratégias adotadas no desenvolvimento da pesquisa envolveram o uso de metodologias de base qualitativa como observação participante, apoiada em entrevistas semi-estruturadas. O método compreensivo (WEBER, 1994), pautado no esforço interpretativo dos acontecimentos passados e suas repercussões no presente, é a principal referência metodológica na interpretação das informações colhidas em campo. Além do presidente da Colônia de Pescadores, foram entrevistadas 8 (oito) famílias pescadoras, sendo 2 (dois) pescadores qualificados como informante-chave dada a sua condição de antigos moradores da comunidade e conhecedores da história social local. As entrevistas e conversas informais na forma de pequenas reuniões com grupos de pescadores foram registradas em caderno de campo, gravadas e posteriormente transcritas.

Resultados e discussões

Na Vila Corrêa, pescadores que vivem há mais de 35 anos naquela área ressaltam que antes havia fartura de peixe, tanto em espécie quanto em quantidade, hoje há escassez. “...Ah, Era muito farto, agora não tem mais nada, tá [sic] acabado. (...) Agora, várias coisas a gente não vê, olha. Jaraqui tu não vê [sic]. Pratiqueira tu não vê [sic] mais, né [sic]? Não tem Curimatã” (Sr. João, pescador).

Os efeitos da construção da barragem vão além do desaparecimento de espécies aquáticas, conforme relata um dos mais antigos moradores do Açaizal da Ilha (Villa Corrêa): “- ...Tem ilha que sumiu, isso foi depois da barragem (...) foi tudo junto né,

quando some some tudo, as plantas, o aningal, os lagos onde os peixes entram para desovar (...) Aqui na vizinhança sumiu a ilha do Sacaí e do Xininga, elas não existem mais, tem lugar que o barco nem passa quando seca, vira um banco de areia só..” (Sr. Pedro, pescador). Tal relato exprime bem as transformações ambientais sofridas decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins, desencadeando e ampliando fenômenos como erosão (desaparecimento das ilhas) e assoreamento dos rios (surgimento de banco de areia que dificultam a navegação)

A mortandade de peixe é observada ao longo de todo o ano. Os pescadores alertam para a atividade das comportas da barragem de Tucuruí. A baixa e a cheia do rio, controladas semanalmente pela abertura e cerramento das comportas, provoca a mortandade dos peixes, tendo em vista que aquela é uma região onde se encontram muitos berçários de reprodução de diversas espécies de peixes. Dessa maneira, o controle artificial do nível do rio provoca ainda mais escassez do recurso. *“Quando a água baixa ela fica forte mesmo. Mas foi por isso, porque desde quando fecharam a barragem, que este rio aqui era direto, aí (o peixe) não morria porque a água passava era normal, mesmo. Era corrente”* (Sr. Antonio, pescador).

Pode-se inferir que os pescadores operam no nível da consciência discursiva, ou seja, “tudo o que os atores conhecem (ou creem), de maneira tácita ou discursiva, sobre as circunstâncias de sua ação e daquela dos outros, e que eles utilizam na produção e reprodução de suas próprias ações” (GIDDENS, 1984 nossa tradução). Destarte, tornam evidente para seus interlocutores os conflitos socioambientais existentes, construindo o discurso em forma de denúncia: *“A Eletronorte é a maior predadora, é a grande criminosa e responsável pela situação que vivemos, eles matam nossos peixes antes deles nascerem...”*, afirma com indignação o presidente da Colônia de Pescadores Z – 34, apoiado pelo grupo de pescadores reunidos durante a reunião coletiva com a comunidade.

Em razão da escassez do recurso natural promovida pela construção da barragem de Tucuruí, a atividade denominada “pesca de flechação” tem gerado conflitos. *“Não tinha pesca com flecha. Não tinha, faz pouco tempo. Era só malhadeira”* (José, jovem pescador filho de pescador). Segundo relatos dos pescadores entrevistados, é comum naquela região que as gerações mais jovens pratiquem a pesca por meio do uso das “flechas”, uma espécie de arpão que se lança às águas no afã de que um peixe seja capturado para a alimentação. Segundo os entrevistados, este tipo de pesca compromete a reprodução das espécies. *“A flechação ‘ilumia’ [sic] lá onde o peixe dorme. Ele vai com a lanterna, a flecha e malhadeira. Se escapar da flecha aqui, morre lá na malhadeira. Não é só a Eletronorte, não, tem essa flecha aí, meus sobrinhos mesmo fazem isso...”* (Sr. Raimundo, pescador pai e tio de jovens pescadores).

Nesse contexto, pretende-se uma análise inicial dos esforços que têm sido feitos no sentido de que se promova um acordo de pesca entre as partes, enquanto norma de caráter consensual necessária à gestão do recurso em escassez, em razão da construção da barragem, e de que forma o acordo promoverá a manutenção da posse agroecológica que envolve a dinâmica daquela comunidade. Leva-se em conta que a posse agroecológica se constitui, fisicamente, em uma forma de

apossamento familiar combinado com um espaço de uso comum, de modo a que sejam desenvolvidas atividades pautadas em uma forma sustentável do agroextrativismo familiar.

De acordo com Benatti “(...) *definimos posse agroecológica como sendo a forma que um grupo de famílias camponesas (ou uma comunidade rural) se apossa da terra, levando em consideração neste apossamento as influências sociais, culturais, econômicas, jurídicas e ecológicas. Fisicamente, é o conjunto de espaços que inclui o apossamento familiar conjugado com área de uso comum, necessários para que o grupo social possa desenvolver suas atividades agroextrativas de forma sustentável.*” (BENATTI, 1997).

No tocante à territorialidade (LITTLE, 2002), observou-se a intenção dos pescadores em protagonizarem um processo de recomposição de seu território social (pautado no trinômio agroecológico casa, roça e águas), alterado em razão dos impactos socioambientais da construção da Hidrelétrica de Tucuruí (processo de desterritorialização), por meio da tentativa de um acordo de pesca (norma cosensual) que irá garantir a redução dos impactos provocados pela barragem e pela pesca de flecheação, e, como consequência, a manutenção das características da posse agroecológica.

Na Vila Nova do Açaizal, verificou-se a mudança nos hábitos dos pescadores. Entretanto, antes, é necessário que se esclareça as condições da vila e o porquê de sua recente criação. A Vila Nova do Açaizal possui cerca de três anos, conforme informou a colônia Z-34 (ARAGÃO, 04/07/2013, comunicação pessoal), tendo sido fundada em razão da cheia do rio Tocantins. As famílias da Vila Nova decidiram se estabelecer em uma área de terra firme, onde passaram a cultivar mandioca, diminuindo a dependência do pescado (por questões operacionais) e aumentando a dependência de programas de assistência oriundos do governo, tais como seguro defeso e bolsa família.

Foram verificadas mudanças de hábito alimentar principalmente nas gerações mais jovens, as quais passaram a se alimentar de embutidos (mortadela, por exemplo). Pescadores da vila ainda destacam que preferem que seus filhos abandonem a prática da pesca de subsistência, investindo tudo nos estudos dos mesmos, para que possam, no futuro, contribuir para o sustento das famílias que ali se estabeleceram.

Conclusões

As novas características do meio natural vêm colocando outras perspectivas aos camponeses pescadores e produzindo uma maior diversidade social e ambiental. Trata-se, portanto, de um cenário no qual se conflitam políticas públicas, lógicas agroextrativistas e modos de vida tradicionais, supondo um processo de reorganização em um ambiente específico.

O controle artificial do rio Tocantins provoca a mortandade de peixes, não só no período do defeso. Espécies de peixes que antes da barragem existiam em

abundância, hoje não mais existem. Devido à escassez do recurso, conflitos foram desencadeados entre a própria comunidade. Famílias se deslocaram para outros locais, alterando seus hábitos. Os hábitos alimentares foram modificados. As características da posse agroecológica estão comprometidas em razão dos efeitos decorrentes da construção da barragem. Nessa perspectiva, inicia-se um processo de construção de novas territorialidades em um mesmo território.

Isso mostra como a intervenção estatal incide diretamente sobre as formas camponesas de apropriação e de uso da terra e dos rios, resultando em transformação das relações sociais e territoriais, poder-se-ia dizer, um processo de desterritorialização e de reterritorialização, assentado em mudanças sociais e ambientais.

No caso da comunidade Açaizal, tais transformações têm levado as famílias a redirecionarem seus projetos no sentido de repensar o espaço-vivido a partir da inclusão de outras formas de exploração do meio natural e com outras estratégias sociais. Nessa perspectiva várias questões podem ser elencadas visando a continuidade da pesquisa: Qual o sentido atual da posse agroecológica? Qual a sustentabilidade das práticas atuais de uso e gestão dos recursos naturais? Quais as potencialidades e limites no bojo dessa recomposição para a superação dos conflitos e implementação de um acordo de pesca?

Agradecimentos

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) no âmbito do programa Ação Coletiva e uso de recursos naturais na agricultura familiar: os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins (PESCA), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

Referências bibliográficas:

BENATTI, J. H. Posse coletiva da terra: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiros e quilombolas. **Revista Cej Conselho da Justiça Federal**, Brasília, CJP, v. 1, n.1, 1997.

GIDDENS, A, **La constitution de la société**. Paris : PUF, 1984.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília: UnB, 1994, vol.1.